



# Estatutos

CLUBE GONDOCLÁSSICOS DE PORTUGAL

2017

## **INDICE**

Preâmbulo .....	4
Capítulo I .....	4
Natureza, Denominação, Sede e Objeto .....	4
Artigo 1º .....	4
Denominação e Natureza Jurídica.....	4
Artigo 2º .....	4
Sede e âmbito de ação .....	4
Artigo 3º .....	5
Fim.....	5
Artigo 4º .....	5
Atividades.....	5
Capítulo II .....	5
Dos Associados .....	5
Artigo 5º .....	5
Qualidade de associado .....	5
Artigo 6º .....	6
Categorias.....	6
Artigo 7º .....	6
Direitos e deveres .....	6
Artigo 8º .....	7
Sanções.....	7
Artigo 9º .....	7
Condições do exercício dos direitos.....	7
Artigo 10º .....	8
Intransmissibilidade .....	8
Artigo 11º .....	8
Perda da qualidade de associado.....	8
Artigo 12º .....	8
Reserva do direito de admissão .....	8
Capítulo III .....	8
Dos Órgãos Sociais .....	8
Secção I.....	8
Disposições Gerais.....	8
Artigo 13º .....	9

Órgãos sociais.....	9
Artigo 14º .....	9
Incompatibilidade .....	9
Artigo 15º .....	9
Impedimentos .....	9
Artigo 16º .....	9
Mandatos dos titulares dos órgãos.....	9
Artigo 17º .....	10
Responsabilidade dos titulares dos órgãos.....	10
Artigo 18º .....	10
Funcionamento dos órgãos em geral.....	10
Secção II.....	11
Da Assembleia Geral .....	11
Artigo 19.º .....	11
Constituição.....	11
Artigo 20º .....	11
Competências.....	11
Artigo 21º .....	12
Convocação e publicitação.....	12
Artigo 22º .....	12
Funcionamento .....	12
Artigo 23º .....	13
Deliberações.....	13
Artigo 24º .....	13
Votações.....	13
Artigo 25º .....	13
Reuniões da Assembleia Geral .....	13
Secção III.....	14
Da Direção .....	14
Artigo 26º .....	14
Constituição.....	14
Artigo 27º .....	14
Artigo 28º .....	15
Forma de obrigar.....	15
Secção IV .....	15

Do Conselho Fiscal.....	15
Artigo 29º .....	15
Artigo 30º .....	16
Competências.....	16
Capítulo IV .....	16
Regime financeiro .....	16
Artigo 31º .....	16
Património.....	16
Artigo 32º .....	16
Receitas .....	16
Capítulo V .....	17
Disposições diversas.....	17
Artigo 33º .....	17
Extinção .....	17
Artigo 34º .....	18
Casos omissos.....	18

# ESTATUTOS

## CLUBE GONDOCLÁSSICOS DE PORTUGAL

### PREÂMBULO

Um grupo de Amigos da cidade de Gondomar, encontrava-se periodicamente, todos com o gosto e a verdadeira paixão pelos automóveis clássicos, pelo que criaram, por tempo indeterminado, uma associação sem fins lucrativos, de âmbito nacional, denominado por Clube Gondoclássicos de Portugal, a qual se regerá pelos seguintes estatutos.

### CAPÍTULO I

#### NATUREZA, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

#### **Artigo 1º**

##### **Denominação e Natureza Jurídica**

O Clube Gondoclássicos de Portugal, é uma associação, sem fins lucrativos, regida pelas disposições da lei aplicável e, em especial, pelos presentes estatutos.

#### **Artigo 2º**

##### **Sede e âmbito de ação**

1. O Clube Gondoclássicos de Portugal tem a sua sede Ala Nun'Alvares - Mercado Municipal - Lojas 5 e 6, na União de freguesias de Gondomar (S. Cosme) Valbom e Jovim, concelho de Gondomar, distrito do Porto e o seu âmbito de ação é nacional e internacional.
2. A sede pode ser deslocada dentro do mesmo Concelho ou para Concelhos limítrofes, por deliberação da Assembleia Geral.

## **Artigo 3º**

### **Fim**

O Clube Gondoclássicos de Portugal, tem por objetivos promover, organizar e dinamizar atividades diversas ligadas aos veículos antigos / clássicos ou outros, no domínio histórico, social, cultural, desportivo e de lazer: passeios, relações de convívio entre os sócios, através de reuniões, concentrações, provas desportivas e de perícia, colóquios, exposições, produção e aquisição de documentos, modelismo, conservação, restauro e consultadoria técnica, bem como defender os interesses dos sócios e colabora com associações congéneres, nacionais e internacionais.

## **Artigo 4º**

### **Atividades**

Para realização dos seus objetivos, o Clube propõe-se criar e manter as seguintes atividades, nomeadamente:

- a) Passeio a uma cidade de Portugal a definir anualmente pela direcção.
- b) Participação em Exposições do setor Automóvel e Moto Clássico.
- c) Participação em concentrações do setor automóvel a nível nacional e internacional.
- d) Tradicional Magusto na sede do Clube.
- e) Tradicional almoço de Natal.
- f) Comemoração do aniversário do Clube.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS ASSOCIADOS**

## **Artigo 5º**

### **Qualidade de associado**

1. Podem ser associados pessoas singulares ou coletivas que se proponham contribuir para a realização dos fins da associação mediante o pagamento de quotas, donativos e/ou a prestação de serviços.

2. A qualidade de associado prova-se pela inscrição em registo apropriado que a associação obrigatoriamente possuirá.

## **Artigo 6º**

### **Categorias**

1. Haverá três categorias de associados:
  - a. Fundadores – são todos os sócios que subscrevem a Escritura de Constituição do clube.
  - b. Honorários – são as pessoas, singulares ou coletivas, que através de serviços ou donativos, deem contribuição especialmente relevante para a realização dos fins do clube, e sejam como tal reconhecidos e proclamados pela Assembleia Geral;
  - c. Efetivos – são as pessoas, singulares ou coletivas, que se proponham colaborar na realização dos fins do clube, obrigando-se ao pagamento da joia e quota, nos montantes fixados pela Assembleia Geral;

## **Artigo 7º**

### **Direitos e deveres**

1. São direitos dos associados:
  - a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
  - b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais;
  - c) Requerer a convocação da Assembleia Geral Extraordinária nos termos do nº 2, do Artigo 25º;
  - d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito, com a antecedência mínima de 60 dias, e se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo.
2. São deveres dos associados:
  - a) Pagar pontualmente as suas quotas, tratando-se de associados fundadores ou efetivos;
  - b) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
  - c) Observar as disposições estatutárias e regulamentos e as deliberações dos corpos gerentes;

- d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que foram eleitos.

## **Artigo 8º**

### **Sanções**

1. Os sócios que violarem os deveres estabelecidos no presente diploma, ficam sujeitos às seguintes sanções:
  - a) Repreensão escrita;
  - b) Suspensão de direitos até 60 dias;
  - c) Destituição.
2. São destituídos os sócios que por atos dolosos tenham prejudicado moral ou materialmente o clube.
3. As sanções prevista nas alíneas a) e b) do nº1 são da competência da Direção.
4. A destituição é sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direção, devidamente fundamentada.
5. A aplicação das sanções previstas no nº1, só se efetivará mediante audiência obrigatória do associado.
6. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

## **Artigo 9º**

### **Condições do exercício dos direitos**

1. Os associados só podem exercer os direitos referidos nos presentes estatutos, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.
2. Só são elegíveis para os órgãos sociais, os associados que, cumulativamente estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, sejam maiores e tenham pelo menos um ano de vida associativa, na associação.
3. Não são elegíveis para os órgãos sociais, os associados que, mediante processo judicial, tenham sido removidos dos cargos diretivos do clube ou de outra instituição, ou tenham sido responsáveis por irregularidades cometidas no exercício das suas funções.



## **Artigo 10º**

### **Intransmissibilidade**

A qualidade de associado não é transmissível quer por ato entre vivos, quer por sucessão.

## **Artigo 11º**

### **Perda da qualidade de associado**

1. Perdem a qualidade de associado:
  - a) Os que pedirem a sua exoneração;
  - b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante 12 meses;
  - c) Os que forem destituídos nos termos previstos nestes estatutos.
2. No caso previsto da alínea b) do número anterior considera-se eliminado o sócio que tendo sido notificado pela Direção para efetuar o pagamento das quotas em atraso, não o faça no prazo de 30 dias.

## **Artigo 12º**

### **Reserva do direito de admissão**

1. Não será admitido como associado nenhum partido político nacional ou estrangeiro;
2. O clube opõe-se a qualquer tipo de discriminação, nomeadamente, com base na raça, cor, nacionalidade, religião, sexo, orientação sexual, idade ou de deficiências físicas ou psíquicas;
3. Não será admitida como associada qualquer pessoa, singular ou coletiva, que pratique a discriminação por qualquer dos motivos acima indicados ou outros.

## **CAPÍTULO III**

### **DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

#### **SECÇÃO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

## **Artigo 13º**

### **Órgãos sociais**

1. São Órgãos do clube, a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.
2. O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

## **Artigo 14º**

### **Incompatibilidade**

1. Nenhum titular da direção pode ser simultaneamente titular do conselho fiscal e ou da mesa da assembleia geral.
2. Os titulares dos órgãos referidos no n.º anterior não podem ser simultaneamente membros da mesa da assembleia geral.

## **Artigo 15º**

### **Impedimentos**

1. É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito, ou no qual seja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respetivos ascendentes e descendentes, bem como qualquer parente ou afim em linha reta ou no 2.º grau da linha colateral.
2. Os titulares dos membros da direção não podem contratar direta ou indiretamente com a associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para o clube.

## **Artigo 16º**

### **Mandatos dos titulares dos órgãos**

1. A duração do mandato dos órgãos é de 2 anos e inicia-se com a tomada de posse dos seus membros, que terá lugar no 1º dia útil do ano civil, perante o presidente cessante da mesa da assembleia geral ou o seu substituto e deve ter lugar até ao 30º dia posterior ao da eleição.

2. Caso o presidente cessante da mesa da assembleia geral não confira a posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela assembleia geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.
3. O presidente da associação ou cargo equiparado só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.

## **Artigo 17º**

### **Responsabilidade dos titulares dos órgãos**

1. As responsabilidades dos titulares dos órgãos do clube são as definidas nos artigos 164.º, 165.º, 170.º, 172.º a 179.º do Código Civil.
2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:
  - a) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;
  - b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.

## **Artigo 18º**

### **Funcionamento dos órgãos em geral**

1. A direção e o conselho fiscal são convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes, ou a pedido da maioria dos seus titulares.
2. A direção e o conselho fiscal só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
3. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
4. As votações respeitantes a eleições dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros são feitas por escrutínio secreto.
5. São sempre lavradas atas das reuniões de qualquer órgão do clube, que são obrigatoriamente assinadas por todos os membros presentes, ou, quando respeitem a reuniões da assembleia geral, pelos membros da respetiva mesa.

6. Em caso de vacatura da maioria dos titulares de um órgão, deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês, nos termos regulados nos estatutos.

7. Os membros designados para preencherem as vagas referidas no número anterior apenas completam o mandato.

## **SECÇÃO II**

### **DA ASSEMBLEIA GERAL**

#### **Artigo 19.º**

##### **Constituição**

1. A assembleia geral, regularmente constituída, é o órgão soberano, representa a universalidade dos seus associados e as suas deliberações são obrigatórias para todos, desde que tomadas em conformidade com a lei e com os presentes estatutos.

2. A assembleia geral é constituída por todos os sócios admitidos há pelo menos 12 meses, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.

3. A assembleia geral é dirigida pela respetiva mesa que se compõe de um presidente, o 1º Secretário e 2º um Secretário.

4. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa da assembleia geral, competirá a esta eleger os respetivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

#### **Artigo 20º**

##### **Competências**

Compete à assembleia geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos do clube e, necessariamente:

- a) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respetiva mesa, da direção e do conselho fiscal;
- b) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;

- c) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- d) Fixar o valor da quota;
- e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a dissolução, cisão ou fusão do clube;
- f) Autorizar a associação a demandar os membros dos corpos gerentes por atos praticados no exercício das suas funções;
- g) Aprovar a adesão a clubes, a associações, federações ou confederações automobilísticas.

## **Artigo 21º**

### **Convocação e publicitação**

1. A assembleia geral é convocada com 15 dias de antecedência pelo presidente da mesa ou pelo seu substituto.
2. A convocatória é afixada na sede da associação e remetida, pessoalmente, a cada associado através de correio eletrónico ou por meio de aviso postal.
3. Independentemente da convocatória nos termos do número anterior, é ainda dada publicidade à realização das assembleias gerais no site institucional e em aviso afixado em locais de acesso público nas instalações.
4. Da convocatória deve constar o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião.
5. Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis para consulta na sede do clube logo que a convocatória seja expedida para os associados.

## **Artigo 22º**

### **Funcionamento**

1. A assembleia geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.

2. A Assembleia geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só pode reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

## **Artigo 23º**

### **Deliberações**

1. As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria simples não se contando as abstenções.
2. É exigida a maioria qualificada de, pelo menos, dois terços dos votos expressos, na aprovação das matérias constantes das alíneas e), f) e g) do artigo 20.º dos estatutos.
3. No caso da alínea e) do artigo 20.º, a dissolução não tem lugar se, pelo menos, um número de associados, igual ou superior ao dobro dos membros previstos para os respetivos órgãos, se declarar disposto a assegurar a permanência da associação, qualquer que seja o número de votos contra.

## **Artigo 24º**

### **Votações**

1. O direito de voto efetiva-se mediante a atribuição de um voto a cada associado.
2. Gozam de capacidade eleitoral ativa os associados com, pelo menos, um ano de vida associativa.
3. Os associados podem ser representados por outros associados, bastando para tal uma carta, devidamente assinada, dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral e entregue à data da respetiva reunião, a qual confere poderes para o ato.
4. Cada sócio não pode representar mais de um associado.

## **Artigo 25º**

### **Reuniões da Assembleia Geral**

1. A assembleia geral reúne em sessão ordinária:
  - a) No final de cada mandato, até final do mês de dezembro, para a eleição dos titulares dos órgãos associativos;

b) Até 31 de março de cada ano para aprovação do relatório e contas de exercício do ano anterior e do parecer do conselho fiscal;

c) Até 30 de novembro de cada ano, para apreciação e votação do programa de ação e do orçamento para o ano.

2. A assembleia geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo presidente da mesa da assembleia geral, por iniciativa deste, a pedido da direção ou do conselho fiscal ou a requerimento de, no mínimo, 10% do número de sócios no pleno gozo dos seus direitos.

a) A reunião deve realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da data da receção do pedido ou requerimento.

### **SECÇÃO III**

#### **DA DIREÇÃO**

#### **Artigo 26º**

##### **Constituição**

1. A direção da associação é constituída por um máximo de 9 membros e um mínimo de 5 membros: presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário e tesoureiro e os restantes serão vogais.

2. Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.

3. No caso da vacatura do cargo de Presidente, será o mesmo preenchido pelo Vice-Presidente e este substituído por um dos membros da direção ou por um suplente, por escolha e cooptação do novo Presidente.

4. Os suplentes poderão assistir às reuniões da direção mas sem direito a voto.

#### **Artigo 27º**

1. Compete à direção gerir o clube e representá-lo, incumbindo-lhe designadamente:

a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;

- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do conselho fiscal o relatório e contas de gerência;
- c) Assegurar a organização e o funcionamento do clube, promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;
- d) Representar a associação em juízo ou fora dele;
- e) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos do clube;
- f) Admitir associados e propor a sua exclusão.

2. A direção pode delegar poderes de representação e/ou administração para a prática de certos atos ou de certas categorias de atos, em qualquer dos seus membros, em qualquer membro do conselho fiscal ou da mesa da assembleia geral.

## **Artigo 28º**

### **Forma de obrigar**

- 1. Para obrigar a associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da direção, ou as assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro.
- 2. Nos atos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da direção.

## **SECÇÃO IV**

### **DO CONSELHO FISCAL**

## **Artigo 29º**

- 1. O Conselho Fiscal é composto por três membros: presidente, 1º secretário e 2º secretário.
- 2. Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.



## **Artigo 30º**

### **Competências**

1. Compete ao conselho fiscal o controlo e fiscalização da associação, podendo, nesse âmbito, efetuar à direção e mesa da assembleia geral as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos, e designadamente:
  - a) Fiscalizar a direção, podendo, para o efeito consultar a documentação necessária;
  - b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício;
  - c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que a direção e/ou mesa da assembleia geral submetam à sua apreciação;
  - d) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos.
2. Os membros do conselho fiscal podem assistir às reuniões da direção, quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão.

## **CAPÍTULO IV**

### **REGIME FINANCEIRO**

## **Artigo 31º**

### **Património**

O património do clube é constituído pelos bens ou equipamentos doados por entidades públicas ou privadas e pelos demais bens e valores que sejam adquiridos pela mesma.

## **Artigo 32º**

### **Receitas**

São receitas da Associação:

1. Os associados pagam uma quota anual de valor fixado pela direção e ratificado em assembleia geral;

2. As joias pagas no ato de admissão de associado;
3. As eventuais contribuições complementares pagas pelos associados;
4. Os rendimentos dos bens e capitais próprios;
5. Os rendimentos dos serviços prestados;
6. Os rendimentos de produtos vendidos;
7. As doações, legados e heranças e respetivos rendimentos;
8. Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais;
9. Os donativos e produtos de festas;
10. Outras receitas.

## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES DIVERSAS**

#### **Artigo 33º**

##### **Extinção**

1. A extinção da associação tem lugar nos casos previstos na lei.
2. Compete à assembleia geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.
3. Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.
4. Pelos atos restantes e pelos danos que deles advenham ao clube, respondem solidariamente os titulares dos órgãos que os praticaram.

## **Artigo 34º**

### **Casos omissos**

Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral, de acordo com a legislação em vigor.

Gondomar, 12 de janeiro de 2017

### **A Mesa da Assembleia Geral**

---

MATEUS PAULO MONTEIRO DA CUNHA SANTOS - PRESIDENTE

---

JOSÉ ANTÓNIO DA CUNHA OLIVEIRA – 1º SECRETÁRIO

---

TEÓFILO MANUEL SOUSA FREITAS - 1º SECRETÁRIO